

Ministro: Governo não quer controle demográfico

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Ministro da Saúde, Almeida Machado, explicou, ontem, aos participantes da VI Conferência Nacional da Saúde, o Programa de Saúde Materno-Infantil, aprovado pelo CDS quarta-feira passada. O Ministro garantiu que não se trata de controle da natalidade para "sustar a explosão demográfica" nem para eliminar "a pobreza como alguns argumentam". O Ministério da Saúde divulgou nota, ontem, também explicando este programa e reafirmando que apenas "13 mil mulheres por ano serão atendidas" na prevenção à gravidez de alto risco.

Após ler toda a introdução do programa, cujo texto, na sua opinião "é até supérfluo porque um verdadeiro médico — a quem caberá informar, orientar e fornecer os meios se for o caso — não teria coragem de omitir informações diante de uma gestante em risco", Almeida Machado pediu que não se confunda prevenção de gravidez de alto risco com controle demográfico. O Programa visa apenas a reduzir a mortalidade materna e poderá contribuir, inclusive, para aumentar a população do País, segundo o Ministro.

Como exemplo, citou o caso de um homem deixando uma maternidade, com seu 6º filho no colo, que nasceu com apenas 1.300 kg e permaneceu no hospital para recuperação de peso. Quatro meses antes sua mulher deixara a mesma maternidade, num caixão.

— Este homem, que ainda por cima foi promovido no seu emprego e precisa se dedicar um pouco mais a ele, depende agora dos favores de uma vizinha que olhe por seu filho, que já nasceu com características de desnutrição e precisa de maior atenção. No entanto, este mesmo homem poderia sair daquela maternidade com sua mulher, se um médico o alertasse de que aquele seria o sexto parto, mas somente depois de alguns anos, porque sua mulher não tinha condições de enfrentar uma gestação devido a insuficiência renal, hipertensão aguda ou doença cardíaca.

Ressaltou ainda que a omissão é crime não apenas de acordo com o Código de Ética, mas previsto até no Código Penal (Art. 185), que estabelece, para aqueles que não prestam a devida assistência, a pena de detenção de um a seis anos e multa, que poderá ser duplicada se resultar em lesão corporal e triplicar em caso de morte.

— As críticas continuarão a surgir e o programa não vai mesmo eliminar a pobreza como alguns argumentam mas poderá salvar vidas com as quais o machismo brasileiro nunca deixou que nos preocupássemos, já que nunca se falou em mortalidade materna. A mulher é vista como máquina de prazer e máquina de fazer filhos, o Ministério da Saúde teve agora a coragem de pensar também na mortalidade materna, cujo índice é bastante alto no Brasil comparado a diversos países do mundo — disse Almeida Machado.

A acrescentou ainda que "as multinacionais que já declararam vender 10 milhões de caixas de anovulatórios por ano não ficarão mais ricas se venderem cerca de 140 mil a mais, correspondente às 13.400 mulheres que deverão ser beneficiadas com a prevenção de gravidez de alto risco".

Segundo ele, com acompanhamento e prazo limitado de uso, o risco é bem menor do que aquele que correm 3 milhões de mulheres que se utilizam do produto para evitar filhos por prazo indeterminado e sem supervisão médica.

— Todo medicamento é ruim e o melhor é não tomar nenhum deles. Essa é a minha opinião que todos, aliás, já conhecem. Mas não podemos prejudicar essa minoria, nem oprimi-la por causa do desejo da maioria que tem um credo a seguir: achamos, inclusive, que cada um deve ser fiel e cumprir sua religião, por isso mesmo o programa estabelece a prevenção desde que respeitadas as convicções religiosas do casal.

O Ministro disse que terminada a Conferência Nacional de Saúde solicitará ao Conselho Nacional de Saúde que determine os anticoncepcionais mais "convenientes entre os inconvenientes" que estão no mercado. Essa relação será encaminhada à Ceme, que fará a licitação e se encarregará de comprar as caixas necessárias através de licitação.

Deficiência mental

Para o Ministro da Saúde, o mais importante aspecto do Programa de Saúde Materno-Infantil é que não está recebendo a atenção que merece é o programa de prevenção das aminoacidopatias que podem levar à deficiência mental. Esse programa, típico de massa, proporcionará cobertura total a todas as crianças do País.

O exame será feito através de uma gota de sangue colhida em papel de filtro, colocada num envelope e enviada pelo correio a um dos centros de prevenção da deficiência mental, que serão instalados no Rio, São Paulo, Salvador e Recife, e diminuirá em até 20 por cento o número de excepcionais existentes no País.

— Esta prevenção é mais importante do que o sensacionalismo da pílula. Na verdade, o programa de prevenção de gravidez à risco não é prioritário, tanto assim que recebe apenas Cr\$ 53 milhões dentro de um programa de quase Cr\$ 3 bilhões. Não demos prioridade a ele, o que é fácil de constatar, observando o número de pessoas atendidas e o volume de recursos alocados.

"Bemfam deve adaptar-se"

Em resposta ao Deputado Fábio Fonseca (MDB-MG), que perguntou como ficaria a Bemfam e se os Estados que com ela mantêm convênios seriam obrigados a rescindi-los, Almeida Machado disse que acredita na negociação e que a entidade poderá adaptar-se ao novo esquema, convencendo-se da importância do controle médico das mulheres que usam anovulatórios. Os Estados também deverão reestudar suas posições sobre a distribuição de pílulas, disse o Ministro.

Lembrou que o Ministério da Saúde assinará os convênios globais com os Estados, quando serão destinadas verbas para todos os programas federais através de um único convênio, e que, o não cumprimento de um único item, impedirá sua renovação em 1978.

O uso de Dispositivo Intra-Uterino — DIU continua proibido no Brasil, embora Almeida Machado reconheça sua entrada no País, como acontece também com a cocaína e o silicone líquido. "mas até que se prove se é ou não abortivo continua vigorando a proibição".

Além disso, o planejamento familiar não poderá ser justificado por motivos puramente sociais; "o médico julgará razões médicas e o casal as sociais". As Secretarias de Saúde terão ampla autonomia para aplicar as verbas federais no que julgarem necessário, desde que obedecidas as regras dadas pelo Ministério da Saúde mas, "se a persuasão não funcionar, as verbas serão controladas para evitar que elas se distanciem dessas normas" — disse o Ministro.